



Município de Dois Vizinhos

PARECER JURÍDICO

**CONTRATAÇÃO DIRETA EM RAZÃO DE CREDENCIAMENTO
– ART. 74, IV DA LEI N. 14.133/2021 – PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA – REGULARIDADE DO EDITAL**

1 – RELATÓRIO

Cuida-se de análise da regularidade do edital de chamamento público n. 03/2024, objetivando chamamento público para a seleção de empresas do ramo de construção civil a serem indicadas pelo município de Dois Vizinhos à Caixa Econômica Federal (CEF) com vistas à contratação de empresa (pela própria Caixa Econômica Federal - CEF) para executar a construção de um conjunto habitacional de casas de interesse social no âmbito do programa "Minha casa minha vida – PMCMV - FAR", em terrenos determinados no município de dois vizinhos.

2 – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

2.1 – DO CAMPO DE ANÁLISE JURÍDICA

Nos termos do art. 72, inc. III da Lei nº 14.133/2021, o processo de contratação direta deve ser instruído, entres outros documentos, com “(...) *parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.*”

Pois bem, o exame desta Procuradoria Jurídica dá-se nos termos da Lei, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de atribuições de cargo. Sublinhe-se que a presente apreciação restringe-se ao atendimento das exigências legais ao procedimento em tela.

Em outras palavras, não se incluem no âmbito desta análise a regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do



objeto, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2 – DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

Em regra, as contratações da Administração Pública devem resultar da adoção do procedimento licitatório. Esta é a conclusão que se extrai do inciso XXI do art. 37 da Constituição da República.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas também assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva “*os casos especificados na legislação*”, abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, que trata, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Com efeito, a não adoção da licitação, como procedimento antecedente do contrato, é possível sempre que houver uma hipótese legal autorizatória, sob pena de incorrer-se em crime. Portanto, é preciso muita cautela na interpretação dos casos que ensejam a dispensa ou inexigência da licitação.

Sobre o tema, cita-se a doutrina da Ilustre doutrinadora Fernanda Marinela:

Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação ‘exigível’ que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação¹.

1 MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465.



Município de Dois Vizinhos

2.3 – DO CASO CONCRETO

O Município de Dois Vizinhos, através do documento de formalização de demanda (CI 19/2024 da Secretaria de Habitação), solicita a realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, em razão do credenciamento, para escolha e seleção de empresas do ramo de construção civil a serem indicadas pelo município de Dois Vizinhos à Caixa Econômica Federal para executar a construção de um conjunto habitacional de casas de interesse social no âmbito do programa "Minha casa minha vida – PMCMV – FAR".

2.3.1 – DO CHAMAMENTO PÚBLICO

É pertinente registrar que a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 74, IV introduziu no ordenamento jurídico que rege as aquisições governamentais e as contratações públicas uma nova hipótese de contratação direta:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

No Art. 78, a nova lei de licitações e contratos administrativos enumera o credenciamento como um dos procedimentos auxiliares das licitações e contratações. Esta categoria engloba procedimentos que auxiliam e complementam os processos licitatórios, e a inclusão do credenciamento aqui reforça sua importância e utilidade no contexto mais amplo das licitações.

Por sua vez, o art. 79 do mesmo códex aponta que o credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;



Município de Dois Vizinhos

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

Portanto correta a adoção do credenciamento para contratação de com seleção a critério de terceiros, uma vez que a seleção do contratado depende de aprovação do agente financeiro (Caixa Econômica Federal).

É imperioso que sejam observados os critérios estabelecidos pelo decreto nº 19498/2023, do município de Dois Vizinhos, o qual regulamenta os procedimentos auxiliares de contratação, inclusive o credenciamento.

2.3.2 – DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O cadastramento de interessados deverá ser iniciado com a publicação de edital de credenciamento, mediante aviso público no Portal Nacional de



Município de Dois Vizinhos

Contratações Públicas – PNCP, e no sítio eletrônico oficial do Município de Dois Vizinhos, e o extrato do edital no Diário Oficial do Município e, em Jornal Diário de Grande Circulação (art. 2º do decreto nº 19498/2023).

2.3.3 – DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto, contidas no Termo de Referência, são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento.

2.3.4 – DAS MINUTAS DO EDITAL E ANEXOS

As minutas do edital e dos anexos elaborados pela Secretaria Municipal interessada atendem as exigências da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Trazem seus elementos essenciais: sujeito, objeto, modo de participação, forma de interposição de recurso administrativo e critérios para a seleção das propostas.

Da minuta do edital ainda se destaca a previsão expressa e objetiva dos seguintes itens:

- a) critério de julgamento;
- b) impedidos de licitar;
- c) habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista;
- d) Agente de Contratação.

Destaca-se, contudo, os seguintes itens que precisam de correção:

4.2. DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: a data para abertura do chamamento é a do dia 30 de janeiro de 2024, as 9 horas na sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, nº 130 – Dois Vizinhos – PR, aos cuidados do Agente de Contratação nomeado pela Portaria 005/2024.



Município de Dois Vizinhos

12.3. Todos os projetos necessários para a execução do empreendimento ficarão a cargo da empresa selecionada, inclusive os projetos de infraestrutura necessário.

O item 4.2 está com a data de abertura do chamamento equivocada, pois prevista para o passado. Já o item 12.3 aponta que os projetos de infraestrutura ficarão por conta da empresa credenciada, contudo, tanto o Estudo Técnico Preliminar quanto as normativas do Ministério das Cidades impõem tal obrigação ao município. Devem, portanto, serem retificados tais itens.

3 – CONCLUSÃO:

Desta forma, considerando as razões acima expostas, e subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando ainda a delimitação legal de atribuições de cargo de Procurador Jurídico, não se vislumbra óbices à realização da contratação da empresa através de inexigibilidade de licitação, com a utilização do procedimento auxiliar de credenciamento, desde que observados e atendidos as observações acima descritas, em especial:

a) sejam retificados os itens 4.2 e 12.3 do edital, conforme fundamentação do tópico 2.3.4 deste parecer;

b) Sejam feitas as publicações de praxe para atendimento da publicidade do procedimento de contratação direta, notadamente publicação do edital de credenciamento, mediante aviso público no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e no sítio eletrônico oficial do Município de Dois Vizinhos, e o extrato do edital no Diário Oficial do Município e, em Jornal Diário de Grande Circulação.

Em atenção aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade que norteiam os procedimentos administrativos, competem à Divisão de Licitações e Contratos a observância, adequações cabíveis e o cumprimento da recomendação contida no parecer jurídico, sendo desnecessário o retorno do processo à



Município de Dois Vizinhos

Procuradoria do Município, salvo requerimento fundamentado contendo nova questão jurídica a ser resolvida.

Dois Vizinhos/PR, datado e assinado eletronicamente.

DOUGLAS DEBASTIANI
PROCURADOR MUNICIPAL
OAB/PR 57.499